

## ENTRE ANTIGOS E NOVOS PRINCÍPIOS POLÍTICOS: dilemas de Leopoldina, a Princesa da Independência

Lourdes de Almeida Barreto Belchior\*  
Mary Del Priore\*\*

### RESUMO

Carolina Josefa Leopoldina era filha de Maria Teresa de Nápoles-Sicília e Francisco I, Imperador da Áustria. Sua família era reconhecida como uma das mais conservadoras e poderosas da Europa. Ao fazer parte da coligação que derrotou Napoleão Bonaparte (1815), o pai de Leopoldina se tornou o líder da Santa Aliança, uma congregação militar cujo objetivo era coibir movimentos subversivos influenciados pelo liberalismo. Casada com D. Pedro, desde 1817, Leopoldina presenciaria as consequências da Revolução Liberal do Porto (1820) no Brasil, onde diversas províncias manifestaram apoio ao movimento que trazia consigo valores liberais. Entender como essa jovem nobre trafegou por esse momento permite acessar especificidades do seu pensamento político e sua influência no desencadear dos fatos que conduziria o Brasil à sua separação de Portugal.

**Palavras-chave:** Leopoldina; Independência do Brasil; Absolutismo; Liberalismo.

*BETWEEN OLD AND NEW POLITICAL PRINCIPLES: dilemmas of Leopoldina, the Princess of the Independence*

### ABSTRACT

*Carolina Josefa Leopoldina was the daughter of Maria Theresa de Nápoles-Sicília and Francis I, Emperor of Austria. Her family was recognized as one of the most conservative and powerful in Europe. As part of the coalition that defeated Napoleon Bonaparte (1815), Leopoldina's father became the leader of the Holy Alliance, a*

---

\* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História (PPGH) da Universidade Salgado de Oliveira; especialização em História do Brasil e Sociologia. Foi Secretária Municipal da Terceira Idade e Desenvolvimento Humano e Coordenadora do Centro de Referência de Atendimento à Mulher do Município de Araruama/RJ. É membro da Academia Araruamense de Letras, AARALETAS e, em 2021, lançou a obra: Leopoldina e os Jornais: a Imperatriz e a imprensa brasileira de 1817 a 1826. Contato:

\*\* Historiadora, pós-doutora pela École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris e autora de mais de 50 livros de História do Brasil, lecionou na FFLCH/USP, na PUC/RJ e na Universidade Salgado de Oliveira. Com mais de vinte prêmios literários nacionais e internacionais, entre os quais três Jabutis. É sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do P.E.N Club do Brasil, acadêmica correspondente da Academia Paraguaya de la Historia, da Academia Nacional de la Historia de Argentina, da Academia Colombiana de La Historia, da Real Academia de La Historia de Espanha, da Academia Portuguesa da História, do Instituto Histórico e Geográfico del Uruguay.

*military congregation whose objective was to curb subversive movements influenced by liberalism. Married to D. Pedro since 1817, Leopoldina witnessed the consequences of the Liberal Revolution of Porto (1820) in Brazil, where several provinces expressed support for the movement that carried liberal values. Understanding how this young noblewoman went through that moment allows accessing the specifics of her political thought and her influence in the triggering of the events that led Brazil to its separation from Portugal.*

*Keywords: Leopoldina; Independence of Brazil; Absolutism; Liberalism.*

### *ENTRE VIEJOS Y NUEVOS PRINCIPIOS POLÍTICOS: dilemas de Leopoldina, la Princesa de la Independencia*

#### **RESUMEN**

*Carolina Josefa Leopoldina era hija de María Teresa de Nápoles-Sicilia y de Francisco I, emperador de Austria. Su familia fue reconocida como una de las más conservadoras y poderosas de Europa. Como parte de la coalición que derrotó a Napoleón Bonaparte (1815), el padre de Leopoldina se convirtió en líder de la Santa Alianza, una congregación militar cuyo objetivo era frenar los movimientos subversivos influenciados por el liberalismo. Casada con D. Pedro desde 1817, Leopoldina sería testigo de las consecuencias de la Revolución Liberal de Oporto (1820) en Brasil, donde varias provincias manifestaron su apoyo al movimiento de valores liberales. Comprender cómo transitó en ese momento esta joven noble permite acceder a las especificidades de su pensamiento político y su influencia en el desencadenamiento de los acontecimientos que llevarían a Brasil a su separación de Portugal.*

*Palabras clave: Leopoldina; Independencia de Brasil; Absolutismo; Liberalismo.*

#### **1 INTRODUÇÃO**

Muitas são as qualidades direcionadas à Imperatriz Leopoldina, a primeira esposa de D. Pedro I e também a primeira governante do Brasil independente. Atualmente, sua participação no processo de independência ganha crescente notoriedade na historiografia e nas mídias, sem, no entanto, se perder de vista os sofrimentos vividos por ela, por conta do seu casamento com um Príncipe português grosseiro e libertino<sup>1</sup>. Também é possível encontrar narrativas que trafegam entre a

---

1 Segundo relatos da época, como o registrado pelo alemão Carl Seidler (1939), D. Pedro I hostilizava a esposa, dispensando a ela um tratamento nada cordial. Seidler também registrou que os envoltimentos extraconjugais do Príncipe eram conhecidos na corte. Relatos como o deixado pelo estrangeiro são utilizados em diversas biografias sobre Leopoldina, demonstrando as agruras vividas por ela na esfera conjugal.

valorização de seus atributos de boa esposa e sua inteligência<sup>2</sup>.

Em meio a uma vasta possibilidade de olhares lançados, muitas vezes, passa despercebido o fato de que Leopoldina pertencia a uma das famílias mais poderosas e conservadoras da Europa, os Habsburgos. Sua mãe era Maria Teresa de Nápoles-Sicília e seu pai era Francisco I, Imperador da Áustria que, após derrotar Napoleão Bonaparte (1815) ao lado de uma coligação militar, composta por reinos como a Prússia e a Rússia, se tornou líder da Santa Aliança<sup>3</sup> e do Congresso de Viena, portanto, um dos homens mais poderosos da época.

No cenário europeu, o reino de Leopoldina era considerado o âmago do velho mundo, um modelo de reino no qual a percepção de governantes pela “vontade de Deus” se fazia presente. Por serem fieis a vários valores do Antigo Regime, eram contrários às mudanças que pudessem abalar a lógica da política absolutista, o que incluía o rompimento entre colônias e metrópoles. Por essa perspectiva, Leopoldina também pode ser compreendida, no contexto da independência, como uma mulher que teve que se adaptar, não somente ao clima e à cultura do seu novo reino, o Brasil, mas também a uma nova realidade política que remava contra os valores nos quais ela fora educada.

Para entender sua história por esse prisma, é necessário compreender alguns momentos anteriores ao seu casamento, quando ainda era uma Arquiduquesa austríaca que só conhecia o Brasil por meio de relatos de viajantes<sup>4</sup>.

A Arquiduquesa Leopoldina Josefa Carolina nasceu em 22 de janeiro de 1797, em uma época marcada por movimentos contrários às monarquias centralizadas, com tendência a sacralização do poder e repulsa à soberania popular. Esse era o caso da monarquia portuguesa e austríaca.

No mesmo período do nascimento de Leopoldina, a Europa havia presenciado acontecimentos que marcariam para sempre a história do continente: a Independência das colônias inglesas na América (1776) mostrando ao mundo europeu que colônias poderiam se separar de suas metrópoles, e a Revolução Francesa (1789) sinalizando que a velha ordem, marcada por privilégios feudais, poderia ser alterada. Tais eventos romperam elos políticos e sociais, característicos do Antigo Regime.

---

2 Maria Graham (1980), preceptora da Princesa Maria da Glória, a primeira filha de Leopoldina, registrou em seu diário que a Imperatriz do Brasil era uma mulher amável, culta e admirada pelos súditos. A percepção de Graham é confirmada por outros testemunhos da época e contribuem para o entendimento da relação que existia entre ela e a sociedade que lhe era contemporânea.

3 Seguindo a definição dada por Eric Hobsbawm, em sua obra: *A Era das Revoluções* (2009), pode-se entender a Santa Aliança como uma congregação militar composta pelas potências Áustria, Prússia e Rússia, com o objetivo de evitar e coibir a formação de movimentos subversivos e revolucionários contrários a restauração monárquica, após a queda de Napoleão Bonaparte.

4 Existem algumas correspondências escritas por Leopoldina (2006) à irmã, em outubro de 1816, nas quais a Arquiduquesa relata conhecer algumas especificidades do Brasil, por intermédio da leitura de descrições feitas por diversos viajantes.

Esses dois acontecimentos tinham um complexo de ideias em comum: o liberalismo<sup>5</sup>, cujo mais conhecido e temido defensor da época era Napoleão, militar francês que se tornou Imperador da França e sonhava em ressuscitar “uma Roma imperial” sob o seu domínio (LIMA, 2006, p.36).

Mesmo tendo seus ideais liberais admirados por muitos europeus, que inclusive se nutriam dessa fonte de conhecimento em diversas universidades, Napoleão nunca fora totalmente aceito pelos portugueses e pelos austríacos, afinal, seu liberalismo tirava poder do Estado Absolutista e da Igreja, instituições intimamente ligadas à história desses Estados. Em sua busca pela hegemonia francesa, Napoleão se tornou o principal inimigo do reino de Leopoldina e de D. Pedro. As duas cortes tiveram suas rotinas alteradas pelo avanço e por sucessivas vitórias do Exército Francês.

Cada uma dessas monarquias empreenderia ações para amenizar as perdas sofridas. Enquanto D. João, pai de D. Pedro, transmigrou sua família e corte para o Brasil, em 1808, evitando a humilhação de ser deposto por Napoleão, como ocorrera com o Rei da Espanha; Francisco I, pai de Leopoldina, em 1797, assinou o Tratado de Campoformino, abrindo mão de parte do território do seu reino para a França e, anos após, casou sua filha Maria Luísa com o inimigo, em 1810.

Ambos os soberanos compreenderam tais atitudes como manobras políticas em favor da manutenção de suas monarquias e, nesse sentido, obtiveram êxito. Ao terminar a guerra, D. João não sofreu embate direto com o inimigo e, Francisco I, mesmo tendo atitudes que demonstravam o desejo pela paz, derrotou militarmente os exércitos de Napoleão. A partir desse contexto a Áustria teria seu *status* elevado no cenário europeu, fazendo com que Leopoldina fosse percebida como filha de um grande imperador.

Na lógica cultural do Antigo Regime, quando um príncipe ou uma princesa se unia pelo matrimônio a uma monarquia de destaque, o enlace era visto como motivo de orgulho e, por estarem ligados a pactos entre Estados, sempre se encontravam envoltos diversos interesses.

O casamento entre D. Pedro e Leopoldina não fugiria à regra. Interessava ao Governo Português manter relações diplomáticas com o Império Austríaco que, na época, detinha as rédeas da política europeia, como lembra Arno Wehling (1997). Além disso, estar atrelado a um reino cujo monarca era líder da Santa Aliança, era sinônimo de *status*, como lembra Luís Cláudio Villafane G. Santos (2002).

---

5 Segundo o Dicionário de Conceitos de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2017), o Liberalismo que surgiu no século XVIII, por intermédio do iluminismo, pode ser compreendido, em meio a uma vasta possibilidade de entendimentos, como: um complexo de ideias e práticas historicamente construídas, cujo objetivo era a laicização do Estado e especialização da política, visando dividir o poder, retirando das mãos do soberano a exclusividade em geri-lo. Com o advento das Revoluções, o liberalismo passou a ser compreendido como um regime de garantia de liberdade de possuir propriedade privada e garantias individuais.

No caso da Áustria, era positivo estar ligado à única monarquia reinante na América, um continente que abrigava várias nações republicanas, cujos governos criticavam o absolutismo. Além disso, o Brasil significava lucrativas possibilidades comerciais (RAMIREZ, 1968). Vale citar que o Governo Austríaco tinha franco interesse em enriquecer as coleções do Museu de História Natural do seu reino, enviando para o Brasil, uma missão científica composta por estudiosos das ciências da natureza, juntamente com a comitiva da Arquiduquesa (PRANTNER, 1997). É importante destacar que o século XIX foi marcado pela valorização e pela busca por novas descobertas científicas e nesse sentido o Brasil era uma incógnita para grande parte da Europa, que o chamava de Novo Mundo (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 23 de agosto de 1817).

Finalizadas as negociações matrimoniais, D. João, por meio de discurso (CORREIO BRAZILIENSE, 19 de julho de 1817), informaria à sociedade que seu filho se casaria com a filha do poderoso Imperador da Áustria. Pelo que se constatou, a informação fora publicada por todos os jornais brasileiros que circulavam na época: o *Correio Braziliense* (1808-1822), a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) e a *Idade D'ouro do Brasil* (1811-1823). Mesmo em se tratando de uma sociedade cuja maioria da população era analfabeta, os textos lidos ganhavam espaços na oralidade, auxiliando na circulação da informação.

Em 6 de novembro de 1817, Leopoldina desembarcaria no Brasil. Relatos da época, como o do pintor Jean-Baptiste Debret (2006) e do memorialista áulico Luiz Gonçalves dos Santos (1977) dão a dimensão do majestoso cerimonial preparado para recebê-la na cidade do Rio de Janeiro. Por meio desses testemunhos, percebe-se que a população, a Igreja e o governo não pouparam esforços para causar uma boa impressão. Segundo a historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra (2016), fora a primeira vez que a corte carioca se engalanou para uma grande festa.

Ao todo, Leopoldina viveria no Brasil nove anos, de 1817 a 1826. Nesse ínterim, ela fora mãe de seis príncipes nascidos em território brasileiro<sup>6</sup>. O exposto faria com que essa jovem austríaca fosse admirada por muitos como a mãe dos Príncipes brasileiros (ESPELHO, 21 de fevereiro de 1823) e Princesa cuja fecundidade assegurava a continuidade da família real no trono (DEL PRIORE, 2014).

Em terras tropicais, a Arquiduquesa vivenciaria momentos considerados marcos divisores na História do Brasil, como, por exemplo, o retorno do Rei para Portugal (25 de abril de 1821), o Dia do Fico (9 de janeiro de 1822) e a aclamação de D. Pedro como Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil (13 de maio de 1822). Pode-se dizer que todos esses eventos se correlacionaram diretamente com a Revolução Liberal do Porto, um acontecimento que ocorreu em Portugal, em agosto de 1820.

---

6 Filhos de Leopoldina e D. Pedro I: Maria da Glória (1819-1853), João Carlos (1821-1822), Januária (1822-1897), Paula Mariana (1823-1833), Francisca Carolina (1824- 1898), Pedro II (1825-1891).

Motivados pelos valores liberais, cujo pai de Leopoldina era contrário, os participantes da Revolução exigiam mudanças na Monarquia Portuguesa, que na época se encontrava no Brasil. Para eles, tal regime deveria deixar de ser absolutista, para se tornar constitucional. Defendiam que o Rei deveria seguir leis elaboradas por uma assembléia, assim como todos da sociedade.

A eclosão desse movimento foi motivada pela crise que se instalara em Portugal, a partir das chamadas guerras napoleônicas, no início do século XIX. Na ocasião, o Governo Português pôs em prática um antigo plano de transferência da Corte para o Novo Mundo, como lembra Norton (2008). A partir desse momento, o Brasil se transformou no epicentro do Império, enquanto Portugal passou a ser administrado por autoridades inglesas, após a expulsão do exército francês.

Descontentes com essa realidade, os revoltosos exigiram o fim do domínio inglês sobre a administração do reino e sua reorganização política. Vitoriosos, no final de 1820: “Decidiram convocar as Cortes, a serem eleitas em todo o mundo português [...]” (BORIS, 2002, p. 71), o que incluía o Brasil, que desde 1815 fora elevado a condição de Reino Unido.

Como seria previsto, a implantação de uma monarquia liberal causava temor em Leopoldina, pois sendo filha de Francisco I, considerava tais ideias um insulto à Santa Aliança. Além disso, por ter passado parte da sua juventude em meio a um contexto marcado por guerras contra Napoleão e seu liberalismo, percebia essa realidade como uma ameaça à ordem.

Aumentando ainda mais suas preocupações, D. Pedro passou a demonstrar simpatia pelo liberalismo. Aflita, Leopoldina escreveu à irmã dizendo-lhe: “meu esposo pensa segundo os novos princípios e meu sogro segundo os bons e verdadeiros [...]” (LEOPOLDINA, 2006, p. 372).” Sua escrita demonstra que ela considerava que o pensamento conservador do sogro era o correto. No mesmo dia, em 20 de dezembro de 1820, narraria ao pai: “[...] o feio fantasma do espírito de liberdade se apossou por completo da alma de meu esposo” (LEOPOLDINA, 2006, p.373), e continuava sua missiva afirmando “[...] como é difícil minha situação entre os deveres de boa e amorosa esposa, súdita valente e filha obediente” [...] “Queria tanto unir ambos e obedecer estritamente, porém, me vejo forçada a sacrificar um dos dois quando chegar a delegação de Lisboa.” (LEOPOLDINA, 2006, p.373). Excertos como os citados revelam que o pensamento político de Leopoldina não estava dissociado de sua condição de filha do Imperador Francisco I.

O cenário se agravaria ainda mais. Grupos de diversas províncias brasileiras passaram a manifestar apoio ao movimento, até mesmo no Rio de Janeiro, cidade na qual, D. João VI teve que jurar cumprir a Constituição que viria a ser elaborada em Portugal, diante de uma multidão convulsionada, em 26 de fevereiro de 1821. O ocorrido marcou a entrada de D. Pedro no cenário político brasileiro, uma vez que repetiu o juramento ao lado do pai (LUSTOSA, 2006). Leopoldina se referiu ao momento como uma situação desagradável, causada pelo espírito de liberdade (2006).

Desde seu início, a partir do iluminismo, o liberalismo assumiu nuances variadas. Nesse sentido, o pensamento liberal abraçado por parte das elites brasileiras possuía seu lado contraditório, uma vez que não adentrava em temas correlacionados à escravidão e ao latifúndio. Geralmente, sua órbita girava em torno de temáticas que se opunham ao poder absoluto do Rei.

O contraste com relação aos valores liberais também era perceptível na postura antiliberal dos políticos portugueses para com o Brasil. Por meio de diversas decisões autoritárias como a retirada da liberdade administrativa do Brasil e o retorno da Família Real para Portugal, o distanciamento político entre os dois reinos foi se tornando cada vez mais latente.

## **2 LEOPOLDINA: ARTÍFICE DO CONTEXTO ANUNCIADOR DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

Entre o início da Revolução do Porto à partida de D. João para Portugal, Leopoldina passaria pela gestação e nascimento do Príncipe João Carlos, seu primeiro filho homem. D. João VI, que nunca escondera o desejo de permanecer no Rio de Janeiro, cidade na qual se aclimatou perfeitamente bem, usou a gravidez da jovem como argumento para protelar sua partida. O exposto pode ser visto em um dos ofícios da Secretária de Estado, enviado para Portugal, datado em 28 de fevereiro de 1821 (CORREIO BRAZILIENSE, edição número 26, de 1821). No documento, o monarca afirmava que só voltaria à Europa após o parto de Leopoldina, projetando-a na conjuntura política que levaria o Brasil a sua independência.

Nesse contexto, cabe destacar que, existiam discursos que sugeriam que D. Pedro deveria voltar para Portugal no lugar do pai, deixando Leopoldina no Brasil, uma vez que a Princesa se encontrava grávida e temia-se que o parto pudesse vir a ocorrer durante a viagem. Inconformada com a possibilidade de ficar em terras americanas sem o esposo, Leopoldina tomou as rédeas da situação e, em março de 1821, escreveria ao pai contando-lhe que estavam tentando separá-la do marido (LEOPOLDINA, 2006). Além disso, ameaçou o representante da Áustria, Barão Von Stürmer e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Conde de Palmela, dizendo que eles conheceriam sua cólera (NORTON, 2008), caso viessem a contribuir para partida de D. Pedro, sem ela. Segundo o relato do Ministro em questão, o Príncipe demonstrava estar disposto a voltar para a Europa, porém mudara de idéia diante da tenacidade de sua esposa (CASSOTTI, 2015). A obstinação de Leopoldina influenciou na tomada de decisão de D. João, que resolveu retornar para Portugal, deixando o jovem casal no Brasil (MECK, 2008).

A partir de junho de 1821, já era possível encontrar sinais de que Leopoldina abraçara a defesa da manutenção da autonomia brasileira com afinco, diante a opressão das Cortes. Certamente, ela percebera que, ao apoiar a causa



emancipacionista estaria otimizando a permanência da monarquia nos trópicos e, por efeito, o poder nas mãos de sua família. Tal mudança pode ser vista no teor de algumas correspondências: em 7 de junho de 1821, por exemplo, afirmava ao pai que continuava leal aos princípios austríacos (LEOPOLDINA, 2006), ou seja, fiel à política tradicional. Dias após, em 9 de junho, começou a demonstrar maior cumplicidade com os brasileiros que defendiam a manutenção administrava do reino: “Os brasileiros são cabeças boas e tranquilas, as tropas portuguesas estão animadas pelo pior espírito” (LEOPOLDINA, 2006, p. 381), “o povo e o exército do Brasil são excelentes e fiéis súditos [...]” (LEOPOLDINA, p. 382). Sua missiva revela que o antilusitanismo ganhava força em seus pensamentos, à medida que a política que emanava de Portugal mostrava sua face autoritária. Em 2 de julho de 1821, sinalizaria à irmã Maria Luísa: “o Brasil é, sob todos os aspectos, um país tão maduro e importante, que é incondicionalmente necessário mantê-lo.” (LEOPOLDINA, 2006, p. 383).

Sendo uma legítima *Habsburgo*, Leopoldina sabia da sua importância na consolidação da política da Santa Aliança na América. No entanto, ao se colocar contra as tropas portuguesas e valorizar o Brasil como “um país maduro e importante” entendendo a necessidade de “mantê-lo”, ela contrariava parte dos princípios conservadores e acolhia pontos do liberalismo, a partir do momento que valorizava a liberdade do Brasil, diante da opressão política de Portugal. Cabe ressaltar que, por mais que o Brasil já tivesse sido elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815, o Rei já havia retornado para Portugal, portanto, era de lá que emanava o principal poder político do Império Português.

Em dezembro de 1821, chegaria ao Rio de Janeiro um dos decretos promulgados pelas Cortes, ordenando o imediato retorno do Príncipe e sua família para Portugal (DOLHNIKOFF, 2017). A notícia causou apreensão, pois o retorno do jovem sinalizava para parte da elite brasileira, ligadas à agricultura e ao comércio, que os privilégios conquistados, desde 1808, poderiam ser retirados o que incluía o tráfico de escravo. Inclusive, já existiam medidas que exigiam a transferência das principais repartições fixadas no Brasil para Lisboa. Tais grupos se mobilizaram pela permanência do Príncipe em solo brasileiro, afinal ele representava o poder de seu pai, portanto a manutenção de tudo que o Rei havia concedido. Sem ele, o reino ficaria “órfão” de um comando próprio e legitimado, voltando a ser colônia. As articulações para que D. Pedro permanecesse na América originou o famoso Dia do Fico, por exemplo.

Destaque-se que, antes de voltar para Portugal, D. João decretou que D. Pedro assumiria o poder político do Brasil como Regente e, caso seu filho viesse a falecer, Leopoldina governaria em seu lugar, juntamente com um ministério (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 26 de abril, 1821). Portanto, já havia uma estrutura de poder centralizada na figura do Príncipe que garantia a permanência dos ordenamentos implementados pelo pai.



Nesse contexto, algumas cartas de Leopoldina atestam que ela abraçou a ideia de permanecer no Brasil antes de seu marido. Seu posicionamento é visível em algumas mensagens enviadas ao amigo Schaüffer: “Fiquei admiradíssima quando vi, de repente, aparecer meu esposo ontem à noite. Ele está mais bem disposto com relação aos brasileiros do que eu esperava, mas não tão positivamente decidido quanto eu desejaria.” (LEOPOLDINA, 2006, p. 389). Em outra correspondência, concluiria: “O Príncipe está decidido, mas não tanto quanto desejaria [...]. Muito me tem custado alcançar isto tudo – só desejaria insuflar uma decisão mais firme.” (LEOPOLDINA, 2006, p. 389).

Os dias que se seguiram a decisão de D. Pedro permanecer no Brasil foram acompanhados por momentos de muita tensão, que envolveram embates com a oficialidade portuguesa, a recusa no cumprimento das ordens que viessem de Portugal, ameaças de um embarque forçado, fuga de Leopoldina para a Santa Cruz e a morte do Príncipe João Carlos, logo após seu retorno para o Rio de Janeiro, em 4 fevereiro de 1822. A morte prematura da criança inflamou, ainda mais, os ânimos de parte da sociedade contra os interesses portugueses e ajudou a consolidar a imagem de Leopoldina como responsável pelos rumos políticos do Brasil (REVERBERO: CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, edição de 12 de fevereiro de 1822).

Em meados de 1822, já era possível visualizar a movimentação política de D. Pedro para conter movimentos separatistas e angariar apoio de homens importantes e sectários da Monarquia. É bom lembrar que a união das províncias em torno do poder que emanava do Rio de Janeiro, tendo o Príncipe Português como figura de destaque, nunca fora consensual. Ao contrário, embates acirrados ocorreram em diversas regiões do Brasil, como na Bahia, Maranhão e Pará, em nome da fidelidade ao Governo Português. Existiam ainda grupos que defendiam a implantação de uma Monarquia Dual, e, até mesmo, de um sistema republicano.

Nesse contexto, em 13 de agosto de 1822, D. Pedro viajaria para São Paulo a fim de apaziguar rivalidades políticas. Antes de viajar, nomeou Leopoldina Presidente do Conselho de Ministros, fornecendo a ela poderes políticos na sua ausência. (BRASIL, 1891). A frente da Regência, sua atuação política não passaria despercebida. Como exemplo, um grupo de senhoras baianas a homenagearia, entregando-lhe um manifesto em agradecimento ao apoio que dera à permanência do Príncipe na América.<sup>7</sup>

A situação política na qual o Brasil se encontrava, causava preocupações à Princesa. A todo o momento notícias afirmavam sobre um possível ataque das tropas portuguesas ao Brasil e sobre a eclosão de rebeliões em diversas províncias. Diante dessa realidade, em 2 de setembro de 1822, Leopoldina se reuniu no Palácio

---

7 O manifesto pode ser lido nas páginas do jornal O Espelho, edição de 24 de agosto de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700916/82>. Acesso em: 1 de jun. 2019.

de São Cristóvão com o Conselho de Estado sob sua presidência (OBERACKER JR, 1973). Durante a reunião, decidiram que o melhor caminho a ser seguido era separação de Portugal. Leopoldina assinou a deliberação do Conselho. Dias depois, em 7 de setembro, quando voltava de Santos, D. Pedro recebeu despacho contendo cartas e documentos oficiais. Uma das correspondências era de Leopoldina. Ela o informava sobre os últimos acontecimentos e solicitava um parecer favorável à Independência. Ela obteve do esposo o posicionamento que ansiava.

Meses após o Grito do Ipiranga, Leopoldina (2006) informaria ao pai que a Independência do Brasil ocorreu para afastar do reino as ideias republicanas. Além disso, passou a atuar como mediadora no reconhecimento do país como um território independente, no cenário mundial: “É meu dever fazer o papel de intercessora do nobre povo brasileiro [...]” (LEOPOLDINA, 2006, p. 417).

É bem verdade que o 7 de Setembro de 1822 não significou, por si só, o nascimento de um país coeso. Ao contrário, depois dele, vários conflitos ocorreram, denunciando a existência de outros projetos políticos para o Estado brasileiro. No entanto, o exposto não diminui a importância dessa mulher reinante que, com seu viço estadista, teve papel decisivo no processo que conduziria o Brasil a sua Independência, mesmo estando envolta por antigos e novos princípios políticos, que conflitavam entre si.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar que, a personagem principal deste artigo percebia os rumos que o liberalismo poderia tomar no Brasil. Em muitas nações ele promovera o crescimento de ideias contrárias à lógica monárquica, estimulando inclusive a implantação de repúblicas. Essa realidade podia ser vista na América espanhola, na qual vários países se tornavam independentes seguindo a cartilha do republicanismo.

Sempre leal aos princípios do Estado monárquico, Leopoldina percebeu que o antagonismo e a ruptura política entre o Brasil e Portugal não significava o fim da Monarquia; ao contrário, em um continente marcado por nascentes repúblicas, a permanência da monarquia fortalecia essa forma de governo na América. Vista por esse ângulo, Leopoldina pode ser percebida como uma figura importante na defesa do pensamento contrarrevolucionário no chamado Novo Mundo, até mesmo quando acolhia determinados pontos do liberalismo.

Acrescenta-se que, ao abraçar as ideias que primavam pela autonomia brasileira, ao impor sua vontade de ficar no Brasil ao lado de D. Pedro e ao atuar diplomaticamente para que o Brasil fosse reconhecido como um país independente, Leopoldina fora além do papel que geralmente era direcionado às Princesas: o de ser filha, mãe e esposa.

## REFERÊNCIAS

- BORIS, Fausto. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BRASIL. Príncipe Regente. Decreto de 13 de agosto de 1808. In: BRASIL.
- CASSOTTI, Marsílio. *A biografia íntima de Leopoldina: a imperatriz que conseguiu a Independência do Brasil*. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Planeta. 2015.
- CORREIO BRAZILIENSE, edição de 19 de julho de 1817. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700142/14634>. Acesso em: 6 ago. 2017.
- CORREIO BRAZILIENSE, edição número 26 de 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700142x/19898>. Acesso em: 20 maio 2022.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução Sérgio Millet. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2016.
- DEL PRIORE, Mary. *História e conversas de mulher*. 2 ed. São Paulo: Planeta, 2014.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto. 2017.
- GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 23 de agosto de 1817. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4600>. Acesso em: 29 maio 2022.
- GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 26 de abril, 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749664/6367>. Acesso em: 29 maio 2022.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990.
- HOBBSBAWN, E. *A era das revoluções*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2009.
- LEOPOLDINA. *Cartas de uma imperatriz*. Seleção e transcrição das cartas por Bettina Kann e Patrícia Souza Lima. São Paulo: Estação liberdade, 2006.
- LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006 [1908]
- LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A Imperatriz entre o público e o privado. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coord.). *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *D. João VI e a construção das bases do Estado Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

NORTON, Luís. *A Corte de Portugal no Brasil: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

O ESPELHO, edição de 21 de fevereiro de 1823. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700916/577>. Acesso em: 17 maio 2019.

O ESPELHO, edição de 24 de agosto de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700916/82>. Acesso em: 03 maio 2019.

OBERACKER JR., Carlos H. *A imperatriz Leopoldina, sua vida e época: ensaio de uma biografia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

PRANTNER, Johanna. *Imperatriz Leopoldina do Brasil*. Tradução de Hanns Pellischek e Elena Dionê Borgli. Petrópolis: Vozes 1997.

RAMIREZ, Ezekiel Stanley. *As relações entre a Áustria e o Brasil: 1815 - 1889*. Tradução: Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1968.

REVERBERO: CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, edição de 12 de fevereiro de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700223/181>. Acesso em: 25 maio 2019.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *Um olhar brasileiro sobre as Repúblicas do Pacífico*: Memória de Duarte da Ponte Ribeiro, 1832. Cadernos do CHDD, Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 2<sup>o</sup>. Sem. 2002.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memória para servir à história do Reino do Brasil*. V. 180. Brasília: Senado Federal, 2013. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SEIDLER, Carlos. *História das Guerras e Revoluções do Brasil de 1825 a 1835*. Tradução de Alfredo de Carvalho. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1939.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Herique Macel. *Dicionário de conceitos históricos*. 3. ed., 6ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

THESOURO NACIONAL. (org.). *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 29. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. Acesso em: 22 abr. 2019.

WEHLING, Arno. Imperatriz D. Leopoldina: introdução a um Simpósio: *In 200 anos: Imperatriz Leopoldina*. Rio de Janeiro: IHGB, 1997.